

DÉBORA

vereadora



2022 | Um mandato necessário a serviço das lutas populares em Santos

MARIANA CARAMIEZ

1 ANO DE
PSOL NA
CÂMARA

Um ano de muita luta,
sempre em defesa de
uma Santos solidária,
popular e feminista!

deborapsol.com.br | [f](#) [@](#) [t](#) deborapsol

SUMÁRIO

PROJETOS DE LEI

- Agenda Marielle Franco:** Um compromisso com a memória, justiça e com um programa político _____ **4**
- Renda básica, moeda social e banco comunitário:** uma agenda da economia solidária para Santos _____ **8**
- O momento certo para a igualdade racial é agora:** emendas à lei de cotas! _____ **10**
- Os apps e a luta de classes:** uma nova geração superexplorada _____ **12**
- Combate à pobreza menstrual:** uma luta pela dignidade _____ **14**
- Passaporte da vacina:** a luta em defesa da vida e da ciência _____ **16**
- Resgate da nossa história:** chega de homenagens a escravocratas e agentes da ditadura _____ **18**
- Combate à aporofobia:** água é um direito humano! _____ **20**

LUTAS POPULARES

- Fora Bolsonaro!** As ruas pedem vacina no braço, comida no prato e a saída imediata de Jair Bolsonaro _____ **24**
- Moradia é um direito:** a luta contra os despejos na “melhor cidade para se viver” _____ **26**
- Em defesa do SUS:** 100% público e de qualidade _____ **28**
- Respeitar todas as crianças e famílias:** nenhuma homenagem a Milton Ribeiro _____ **30**
- Defender o serviço público** é lutar por uma cidade democrática! _____ **32**

INICIATIVAS POR UMA SANTOS DA MAIORIA

- Março feminista:** formação para lutar melhor! _____ **34**
- Combate à violência sexual** contra crianças e adolescentes _____ **36**
- Disputar o clima,** superar o sistema _____ **37**
- Audiências públicas:** envolver o povo e debater a Cidade! _____ **38**
- Uma homenagem ao **Movimento Negro Unificado e ao Educafro** _____ **40**

DÉBORA
vereadora 

Essa publicação é de responsabilidade do mandato da vereadora Débora Camilo, do PSOL de Santos/SP. Diagramação, revisão e fotografia desse material foram realizadas com contribuições de apoiadores(as). Praça Tenente Mauro Batista de Miranda, nº 1, 2º andar (Sala 4), Santos/São Paulo, CEP: 11013-360. Telefone: (55 13) 99709 1987. Tiragem: 1.000 exemplares.

EDITORIAL

Essa revista é um balanço político das ações, projetos e iniciativas do primeiro ano de mandato da vereadora Débora Camilo, primeira parlamentar eleita pelo PSOL para o parlamento santista, aumentando a representatividade negra, feminista e de classe na Câmara Municipal de Santos. Com 4.664 votos, Débora foi a quarta mais votada entre 21 parlamentares que compõem a casa legislativa de nossa Cidade.

Durante as eleições de 2020, o PSOL fez história. Nosso partido teve um crescimento surpreendente, elegendo 90 mandatos de vereadoras e vereadores espalhados pelas cinco regiões do Brasil. Desse total, quase 40% são mulheres, quase a metade é de negras e negros, além de 4 mandatos encabeçados por mulheres trans e outros 9 mandatos coletivos.

FIZEMOS PARTE DESTA HISTÓRIA!

Em Santos não foi diferente, nosso candidato a prefeito marcou a Cidade com uma proposta de esperança: combate às desigualdades, defesa do meio ambiente e resgate da economia solidária e do comércio local para gerar trabalho e renda. Nossa proposta da construção de uma Santos da Maioria, representada pelo professor Guilherme Prado e Eneida Koury, obteve 8.240 votos. Um desempenho expressivo, conquistando a melhor votação do PSOL na Cidade.

As candidaturas proporcionais do PSOL alcançaram 8.162 votos, garantindo ao partido uma representação na Câmara de Vereadores. Débora Camilo fez história com uma campanha radicalmente democrática. Propôs a construção de uma Santos solidária, popular e feminista e com isso conquistou mais da metade dos votos proporcionais do PSOL, sendo eleita com a quarta maior votação da cidade de Santos.

Apresentamos nossa revista com as lutas que travamos nas ruas e no parlamento para a construção de uma Santos da Maioria: solidária, popular e feminista!

AGENDA MARIELLE FRANCO

**EU SOU SEMENTE,
MARIELLE PRESENTE!**

**14 DE MARÇO DEVE
SER UMA DATA
DE MEMÓRIA E
APRENDIZADO**



Honrar a memória, defender as bandeiras e lutar por justiça!

Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara.

No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes.

Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte.

Nosso compromisso com a memória e a luta de Marielle foi firmado por meio da agenda Marielle Franco, organizada por sua família através do Instituto Marielle Franco.

Apresentamos, no dia 16 de Março de 2021, um projeto de lei que institui no calendário municipal o dia 14 de março como o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas.

Além da oficialização da data, o projeto de lei também propõe que

as autoridades municipais devem apoiar e facilitar a realização de divulgações, seminários e palestras nas escolas, universidades, praças, teatros e equipamentos públicos do Município, sobre Marielle Franco e a importância do enfrentamento à violência política na Cidade.

O problema da violência política no Brasil é histórico e tem raízes estruturais refletidas em nossa sociedade. A pergunta continua: Quem mandou matar Marielle e Anderson?

Nós seguiremos na luta em defesa da memória e por justiça.

DOSSIÊ DAS MULHERES

O projeto é de elaboração periódica de estatísticas sobre qualquer forma de violência contra a mulher, a partir de dados dos atendimentos nos equipamentos da rede pública de Santos. As informações serão coletadas a partir dos bancos de dados das secretarias de Saúde, Assistência Social e Defesa da Cidadania.

Os relatórios seriam divulgados no mínimo uma vez por ano e ficarão à disposição da população para pesquisa. “Com esse tipo de levantamento, é possível planejar e adequar as políticas públicas dentro das realidades e necessidades do Município.



Ele poderá orientar também ações de outros setores da sociedade no enfrentamento da violência contra as mulheres”, explica Débora.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

O programa de efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto pretende garantir a oportunidade de realização das medidas socioeducativas impostas pelo Poder Judiciário, a partir da responsabilidade do Município como provedor destas condições.

Entre as diretrizes do projeto de lei estão:

- » O fortalecimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, como equipamento primordial para garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a Lei;
- » Responsabilidade solidária da família, sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
- » Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida, às circunstâncias, à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com

@CLICKSDOSAN



preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Um dos focos da proposta é a “articulação da rede de programas de socioeducação, que têm a missão de apoiar os adolescentes na consolidação de um novo projeto de vida”.

DIA DE TEREZA DE BENGUELA E DA MULHER NEGRA - 25 DE JULHO

Tereza de Benguela viveu no século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso. Ela liderou o Quilombo de Quariterê após seu companheiro, José Piolho, ser morto por soldados. Segundo documentos da época, o lugar abrigava mais de 100 pessoas, com aproximadamente 79 negros e 30 índios. O quilombo resistiu da década de 1730 ao final do século. Tereza foi morta após ser capturada por soldados em 1770.

Ter um dia dedicado à Tereza de Benguela e à mulher negra é uma forma de reconhecer e aprofundar a importância de tantas mulheres na luta por direitos como a liberdade e dignidade. Pessoas que muitas vezes são “apagadas” do relato histórico tradicional, mas que devem servir de exemplos para as gerações, especialmente aquelas empurradas para condições precárias e outras consequências do racismo estrutural.



A proposta foi defendida por Guilherme Prado, coordenador da Livres Coop no plenário da Câmara Municipal e apresentada pelo nosso mandato

Não sairemos da crise sem políticas públicas que atuem diretamente nos problemas sociais e invistam nos pequenos empreendimentos e nas iniciativas que geram emprego, renda e autonomia.

- Débora Camilo

Débora Camilo propõe
RENDA
BÁSICA MUNICIPAL

RENDA BÁSICA

O foco é englobar primeiramente 10 mil famílias em maior situação de vulnerabilidade, que tenham mulheres como responsáveis familiares, complementando benefícios até o valor total de R\$ 300.

MOEDA SOCIAL E SOLIDÁRIA

O valor do benefício de Renda Básica será pago por meio de seu equivalente em Moeda Social e Solidária, de circulação apenas no município de Santos.

Essa moeda poderá ser usada apenas nos comércios e empreendimentos credenciados no Município, criando a dupla função de combater a pobreza e gerar renda para os pequenos comerciantes da Cidade.

BANCO COMUNITÁRIO

A Moeda Social e Solidária será administrada por um Banco Comunitário, que vai movimentar a economia local e os pequenos comércios (mercadinhos, lojas, farmácias, salões de beleza, lanchonetes e tantos outros).

Além do benefício, o Banco Comunitário também poderá promover o desenvolvimento econômico por meio do Programa Municipal de Microcrédito, que tem por finalidade

financiar e investir, com concessão de empréstimos para microempreendimentos, cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho, inclusive, no setor informal, como comerciantes ambulantes.

SERÁ QUE FUNCIONA?

A Moeda Social e o Banco Comunitário já foram implementados em várias cidades, com dados de efeitos positivos como maior segurança alimentar, geração de empregos, fortalecimento das redes de empreendimentos solidários, apoio aos micros e pequenos empreendedores e fortalecimento e crescimento da economia local, que fica menos vulnerável às crises econômicas.

CABE NO ORÇAMENTO?

O investimento anual para aplicação da política pública de Renda Básica é estimado em R\$ 12,9 milhões. O orçamento será composto, entre outras fontes possíveis, de royalties do petróleo e com a economia de apenas 1% nos gastos em gestão e apoio administrativo na Cidade. É um projeto complexo, mas absolutamente viável.

A proposta faz parte do Plano de Governo do PSOL nas eleições de 2020 à Prefeitura de Santos. O líder da chapa e coordenador da Livres Coop, Guilherme Prado, defendeu a proposta.





O momento certo para a igualdade racial é agora!

Santos aprovou uma lei de cotas com quase 20 anos de atraso, comparada com outras cidades da região. O então prefeito Paulo Alexandre prometeu que criaria a norma em diálogo com o movimento negro, mas só enviou o projeto à Câmara no último dia de seu mandato.

O povo negro já esperou demais pela igualdade racial, que não veio junto com a abolição tão duramente conquistada com a luta, a vida e o sangue das negras e

negros que se sacrificaram pelo fim da escravização.

133 anos depois, o povo preto é o que mais morre no nosso País, a maioria da população sem acesso aos serviços públicos, que mais sofre violências de todos os tipos e que está em situação de pobreza. O Brasil é racista e o genocídio da população negra perpetua o legado de injustiças que marginaliza mais da metade do povo brasileiro.

Quando a lei de cotas finalmente foi elaborada na Cidade, foi sem as conquistas e aprimoramentos dos mais de 20 anos de experiência do movimento negro com as cotas.

Por meio da Comissão de Direitos

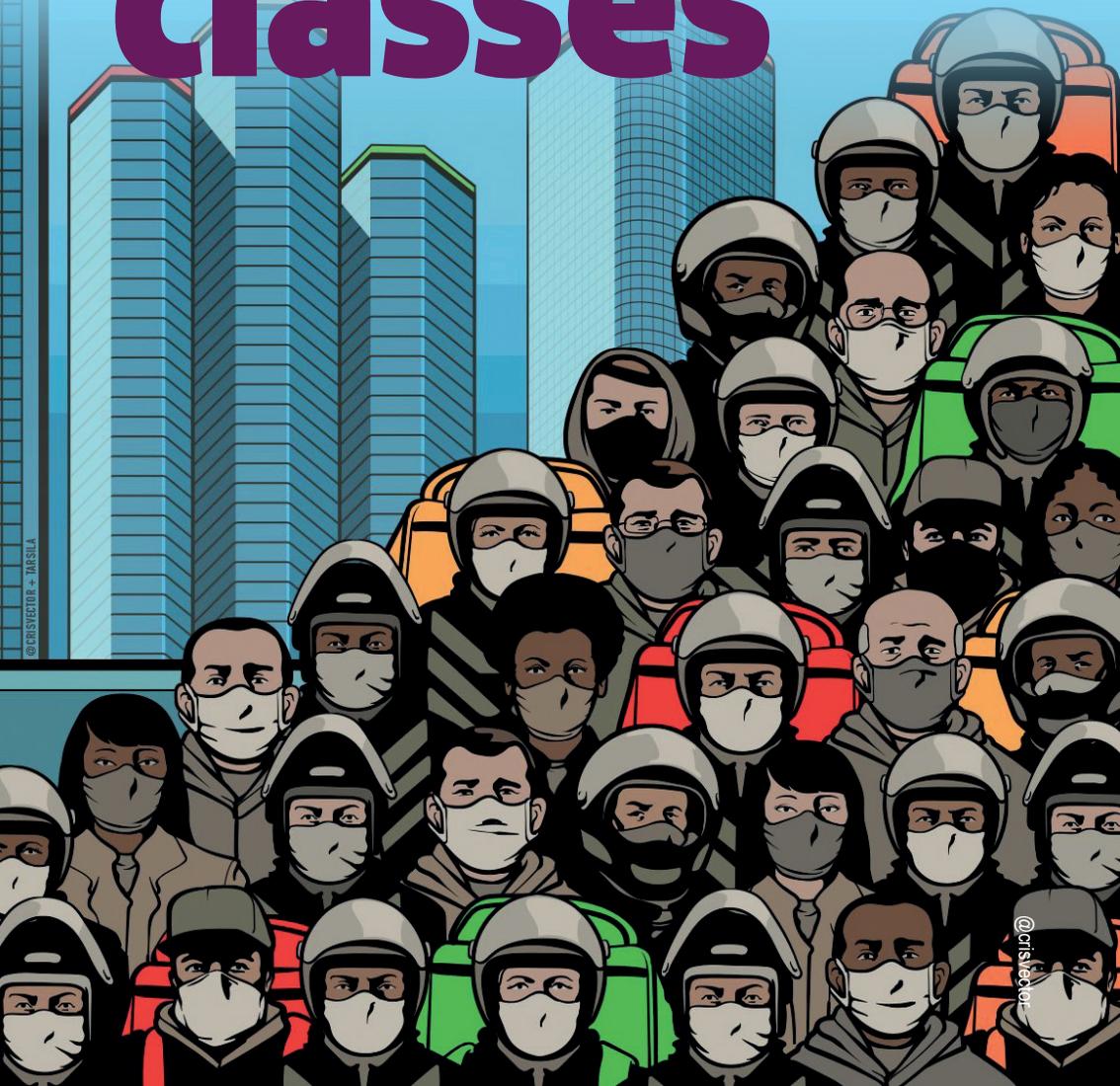
Humanos, Cidadania e Pessoas com Deficiência, aperfeiçoamos o projeto para que o combate à desigualdade ocorresse em todos os setores onde houvesse dinheiro público envolvido e em todos os níveis e cargos. A minuta apresentada pelo prefeito cria a obrigatoriedade das cotas apenas para os próximos concursos, com reserva de vagas apenas no serviço público direto.

Com as terceirizações e parcerias entre os setores público e privado, boa parte dos serviços estão sendo prestados por trabalhadoras e trabalhadores que não se submetem a concursos públicos e há pouca ou nenhuma fiscalização da administração. Na saúde, como exemplo, as Organizações Sociais dominam o setor na Cidade e não contam com quaisquer medidas de combate à desigualdade racial.

Apesar da luta que travamos por uma lei de cotas efetiva, em Santos, a maioria das vereadoras e vereadores foi contra as medidas e manteve a proposta do prefeito, da forma como foi apresentada. Nos dias de votação, o movimento negro da Cidade se fez presente e exigiu a aprovação das melhorias, mas foi ignorado pela base capacho do governo.

Sempre lutei contra o racismo e continuarei lutando até que exista justiça e igualdade para quem a cidadania sempre foi negada.

Os APPs e a luta de classes



Uma nova geração superexplorada

A juventude trabalhadora, mulheres e homens que foram jogados para a informalidade com a reforma trabalhista, a terceirização geral e o desemprego em massa, têm sido alvos de uma maior e mais intensa exploração da força de trabalho pelos aplicativos de entrega e transporte de passageiros. As reivindicações desses trabalhadores e trabalhadoras que não têm acesso a décimo terceiro, férias remuneradas, vínculo empregatício reconhecido ou qualquer apoio previdenciário remonta às lutas mais elementares da classe trabalhadora por direitos. Lutar por refeitórios, vestiários, banheiros nos remete às lutas de nossa classe durante a revolução industrial.

Para garantir os direitos e a mínima dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras, nosso mandato apresentou na Câmara Municipal de Santos o Projeto de Lei 241/2021 que prevê:

- » Criação de sanitários masculinos e femininos
- » Chuveiros individuais
- » Vestiários
- » Espaço para refeição

» Sala para apoio e descanso dos trabalhadores com acesso à internet sem fio e pontos de recarga de celular gratuitos

» Espaço para estacionar bicicletas e motocicletas e ponto de espera para veículos de transporte individual privado de passageiros

Esses pontos estariam em cada região das áreas de atuação das Subprefeituras de Santos.

A Constituição Federal coloca a dignidade humana no centro dos direitos fundamentais. Entre esses direitos, estão as regras de dignidade no trabalho que estabelecem que as empresas têm a obrigação de fornecer sanitários e locais de higienização adequados para trabalhadoras e trabalhadores.

A regulamentação da atividade é dever do Município e está entre as metas do plano de mobilidade da Cidade, que precisa estabelecer diretrizes concretas para a exploração da atividade na região, a fim de evitar violações de direitos humanos que coloquem a exploração econômica acima da vida e dos direitos fundamentais.



Aprovado Projeto de Lei que trata da distribuição de

ABSORVENTES

PELA DIGNIDADE MENSTRUAL!

VITÓRIA! O PL 53/2021 que prevê a DISTRIBUIÇÃO DE ABSORVENTES nas escolas, órgãos de saúde e assistência do município, foi APROVADO em 2º discussão!

Em 2014 a ONU reconheceu que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Além disso, uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) demonstrou que quem vivencia a falta de acesso a informações ou educação menstrual têm maior probabilidade de viver uma gravidez precoce, desnutrição, sofrer violência doméstica e complicações na gravidez como resultado.

A evasão escolar também é um dos problemas decorrente da falta de informação e da falta de condições financeiras para adquirir um produto básico tão essencial à saúde e dignidade de pessoas que menstruam. Estudos indicam que pessoas que menstruam perdem cerca de 45 dias de aula, por ano letivo, por não ter acesso a absorventes higiênicos, que custam em média R\$ 7,00.

Os absorventes devem ser disponibilizados e distribuídos nas unidades educacionais da rede municipal, nas Unidades de Saúde, Policlínicas, nas casas de acolhimento e abrigo no âmbito municipal, bem como em todos os programas

assistenciais do Município.

A aprovação desse projeto é de suma importância para as pessoas que menstruam na nossa Cidade. Apesar do veto de Bolsonaro, projetos semelhantes já foram aprovados em 10 estados e estão tramitando em outros.

A pobreza menstrual ainda é um problema sério no nosso País, que conta com 50% de pessoas em vulnerabilidade que já tiveram que substituir absorventes por outros materiais, por não ter como adquirir produtos adequados de higiene menstrual.

38% das pessoas matriculadas nas escolas não têm acesso a pelo menos um desses itens: banheiro, papel higiênico, pia ou sabão.

Um item básico de saúde da população ainda é um luxo para a maioria das pessoas, obrigadas a escolher entre comer ou comprar um absorvente.

Queremos agradecer o empenho de todas e todos, na Câmara Municipal de Santos, para aperfeiçoar nosso projeto pelas comissões permanentes e pelas servidoras que reconheceram a importância dessa política e atuaram em conjunto para tornar a dignidade menstrual uma realidade na nossa cidade. Assim como cada militante que contribuiu nessa luta!

REPRODUÇÃO



PASSAPORTE DA VACINA

Uma medida em defesa da vida

Apresentamos um Projeto de lei (nº179/2021) na Câmara Municipal de Santos que torna obrigatória a apresentação do cartão de vacinação (físico ou digital) para a entrada em grandes eventos e lugares fechados como bares e restaurantes.

A apresentação do comprovante da vacinação é fundamental para conter o avanço da doença e para incentivar a vacinação. Medidas semelhantes estão sendo aplicadas em diversas cidades e em diversos países do mundo, a saúde pública deve ser prioridade!

Santos tem passado a flexibilizar regras sanitárias, permitindo shows, feiras, jogos e maior acesso a bares e restaurantes, por exemplo. Uma medida que estimule a população a obter a imunização contra a Covid-19 é extremamente importante no momento de retomada das atividades como aulas 100% presencial e a volta das atividades sem restrições de horários.

Diversos requerimentos já foram apresentados sobre as aglomerações, com várias denúncias de falta de protocolos sanitários nas escolas e demais ambientes de convívio comunitário. Nesse caso, o passaporte da vacina é a garantia coletiva de que a volta das atividades presenciais acontecerá com chances reduzidas de um aumento incontrolável dos casos de infecção por Covid-19.

A VACINA SALVA VIDAS, #ELENÃO





MARIANNA CARAMÉZ

RESGATE DA NOSSA HISTÓRIA:

cidade com estátuas, monumentos ou quaisquer homenagens que façam menções a escravocratas, higienistas e agentes da ditadura empresarial-militar. Diante disso, apresentamos na Câmara Municipal de Santos um Projeto de Lei 147/2021.

Substituir esse tipo de monumentos por homenagens ao povo preto, lideranças quilombolas, referências do movimento negro, militantes que combateram a tortura e os horrores da ditadura empresarial-militar é uma tarefa de todas aquelas e aqueles que lutam por democracia e justiça.

Precisamos avançar na luta contra as injustiças historicamente impostas ao povo brasileiro, escolhendo que tipo de sociedade queremos ser ao elegermos nossas referências e nossos símbolos.

Por este motivo, não podemos permitir que grupos que escravizaram, assassinaram e subjugaram nações inteiras, caçaram liberdades democráticas e praticaram crimes internacionalmente reconhecidos continuem a ser homenageados e exaltados em monumentos que devem expressar as lutas por justiça e liberdade do povo brasileiro!

Chega de homenagens a escravocratas e agentes da ditadura

O resgate da história do nosso povo e suas lutas contra a escravização e de combate a ditadura empresarial-militar precisam ser respeitadas. Não podemos conviver com uma



Cuidar de quem mais precisa!

NAIR BUENO

População em situação de rua

Nosso país passa por graves crises econômica e humanitária, com quase 15 milhões de desempregados. Na base dessa pirâmide estão as pessoas em situação de rua.

A pandemia do Covid-19 agravou ainda mais a situação, pois grande parte da população em situação de rua não tem sequer acesso à água potável. A questão da higienização também é grave violação da dignidade humana, com pessoas sendo recusadas em serviços de acolhimento, dificuldades em arrumar emprego e doenças agravadas por condições sanitárias.

Para além das questões de combate à pandemia, Santos não pode continuar ostentando o título de cidade da caridade com quase mil pessoas em situação de rua, pessoas que têm dificuldade até mesmo no acesso a condições mínimas de vida digna.

Apresentamos na Câmara Municipal de Santos o PL 141/2021 que prevê a criação de banheiros e bebedouros públicos nas regiões do Centro e dos jardins da Orla no Município. A ideia é amenizar um pouco a dor dessa população que já enfrenta tanta violência e descaso.



vem pro gabinete da maioria!

O mandato do PSOL é construído por muita gente com compromisso de defender a classe trabalhadora, a juventude, as LGBTQIA+, o povo negro, enfim, o povo explorado por esse sistema. Vem construir com a gente!

FORA BOLSONARO

A luta contra Jair Messias Bolsonaro foi protagonizada pelas mulheres a partir do ato #EleNão, em 2018. Desde então, os movimentos sociais e populares foram acumulando

forças para enfrentar a ameaça à limitada democracia que temos. Em 2020 e 2021 a luta pelo #ForaBolsonaro

ganhou uma nova proporção, diante da condução genocida

do presidente em relação à pandemia de Covid-19. As tentativas de desacreditar as autoridades sanitárias, a promoção de aglomerações e a propagação de informações falsas sobre tratamentos ineficazes, a tentativa de desacreditar as vacinas e o atraso para adquiri-las trouxeram para casa de muitos brasileiros e brasileiras a dor do luto.

O governo Bolsonaro se resumiu a dor, fome e desespero para a classe trabalhadora de nosso País.

O ano de 2021 foi marcado por fortes atos de rua em todo o País pelo #ForaBolsonaro, com as palavras de ordem “comida no prato, vacina no braço”. Pessoas em cidades de todas as regiões do Brasil tomaram as ruas para demonstrar sua insatisfação com todo ideário bolsonarista. Uniram-se os trabalhadores e trabalhadoras que lutavam contras as privatizações, a luta em defesa da natureza, o movimento feminista, a negritude organizada, coletivos LGBTQIA+, sindicatos, movimentos sociais e populares, a juventude e os partidos de esquerda para enfrentar Bolsonaro e defender uma vida digna para o nosso povo.

Diante do nosso compromisso histórico com a democracia, justiça social, combate a todas as formas de opressão e exploração, estivemos em todos os atos por #ForaBolsonaro em Santos, além de termos nos somado também em alguns grandes atos unificados na capital de São Paulo.

Uma bandeira para superar a dispersão e salvar o país



@VTRIBIA



MORADIA é um direito



EVERTON VIEIRA

A luta contra os despejos na “melhor cidade para se viver”

A história da maioria das famílias trabalhadoras no Brasil é a história do atraso no aluguel, da ocupação e do despejo. A lógica da nossa Cidade não é feita para atender o direito da maioria, mas para assegurar o lucro de alguns. No Brasil, e em especial em nossa Cidade, temos **muita gente sem casa e muita casa sem gente**. São mais de 6 milhões de famílias sem casa no País.

Nas últimas décadas, a especulação imobiliária tem sido voraz em Santos. Fruto do domínio de uma minoria no controle do planejamento urbano, ela causa encarecimento dos aluguéis e infla o custo de vida na Cidade. Como consequência, as pessoas mais pobres são cada vez mais expulsas, seja para os municípios vizinhos, seja para áreas da Cidade sem condições adequadas de habitação: zonas de risco, cortiços da região central e as palafitas da Zona Noroeste. Evidência disso é a necessidade de cerca de 10.500 novas moradias para o Município – uma cidade onde se proliferam as torres vazias e que é detentora de um grande orçamento. É um quadro que se torna ainda mais alarmante quando, por exemplo, assistimos à gestão tucana investir cerca de R\$ 130 milhões na Nova Ponta da Praia, por meio de troca de contrapartidas entre Prefeitura, grupo Mendes e outros grandes grupos. Um

bairro que já possui mais infraestrutura social que toda periferia da cidade. Esses recursos seriam a salvação de quem vive em áreas de risco: 125 famílias no Morro do São Bento, 100 na Caneleira (onde está a comunidade do Tetéu) e algumas dezenas no Morro do Pacheco. Regiões onde oito pessoas perderam a vida durante as fortes chuvas do início de 2020. Ou seja: o aquecimento global gerado pelos ricos mata através do planejamento urbano imposto pela minoria rica nas cidades, dando aos mais pobres os piores lugares para morar.

A luta de classes se revela de forma explícita quando a questão é a terra, seja na cidade ou no campo. A violência da classe dominante se expressa na criminalização de movimentos sociais em defesa da moradia, em massacres e despejos de famílias que sequer tem um teto para morar. Diante dessa realidade desumana, temos um lado. Estivemos sempre na luta contra os despejos, em defesa da moradia digna na cidade de Santos. Seja na Bela Vista, Ocupação Anchieta, Jardim São Manoel, Caminho de São José ou qualquer outra comunidade de trabalhadoras e trabalhadores que estejam ameaçados de despejo, estaremos lá defendendo o direito constitucional à moradia. **Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito!**



Em defesa da Saúde

Não há Saúde Pública sem servidores públicos!



FREPIK

O descaso com a saúde não é algo novo. A falta de remédios e a terceirização são realidades extremamente graves e que penalizam a população mais pobre!

A Saúde terceirizada e privatizada vem nos oferecendo um atendimento ruim e com pouca transparência na prestação de contas. Fiscalizamos e recebemos diversas denúncias do descaso que estão as UPAs através da terceirização e policlínicas com infraestruturas precárias tanto para funcionários quanto para munícipes.

Saúde não é mercadoria. Ninguém deve esperar 10 horas por atendimento médico em um pronto atendimento, como já ocorreu em Santos e como eu mesma já presenciei acompanhando familiares. As terceirizadas da Saúde lucram em cima da vida da população santista.

E o que a Prefeitura de Santos fez? Ficou comprando testes superfaturados, situação a qual denunciemos e até o lançamento dessa revista nenhum esclarecimento foi feito. Entre as principais irregularidades

estão a falta de pesquisa de preço com pelo menos três orçamentos, a compra feita de uma empresa sem registro na Anvisa e o pagamento dos testes por valor duas vezes acima do preço de mercado. Na época, o Prefeito Rogério Santos era o presidente do Conselho da Fundação Parque Tecnológico e foi um dos coordenadores do levantamento para mapear a doença na Cidade, motivo da compra dos testes.

Apresentamos na Câmara Municipal de Santos diversos requerimentos e indicações cobrando a Prefeitura e a Secretaria de Saúde sobre o descaso que os munícipes enfrentam. As poucas devolutivas que tivemos não nos dão soluções eficazes e sim apenas justificativas pela desorganização e pelo sucateamento que as Organizações Sociais (OSs) fazem com a saúde pública do Município.

Nossa luta não terminou, pois, uma saúde de qualidade ainda não é possível em Santos. Seguiremos nosso combate à terceirização da Saúde com mais força e continuaremos defendendo a Saúde pública, gratuita e de qualidade.



Defesa das LGBTQIA+

homofóbico



GLADSON TARGA

Pela revogação de honraria ao Ministro Milton Ribeiro

A vereadora Débora Camilo (PSOL) apresentou, no dia 18 de maio de 2021, uma demanda importante: revogar o título de Cidadão Santista do Ministro Milton Ribeiro. Em razão de suas falas homofóbicas, a Justiça Federal de São Paulo condenou a União a pagar indenização de R\$ 200 mil por danos morais coletivos.

De acordo com a Juíza que proferiu a sentença, “a situação se reveste de maior gravidade justamente pelo fato de se tratar de ato praticado por Ministro de Estado, a quem compete, institucionalmente, o estabelecimento de políticas públicas para a erradicação das diversas formas de discriminação ainda presentes na sociedade”.

Em 2019, 445 pessoas foram assassinadas no Brasil por serem LGBTQIA+. Em 13 de maio de 2021, a vereadora negra e trans Benny

Briolly saiu do país em razão das ameaças a sua integridade física, sem esquecer das inúmeras ameaças sofridas pelas vereadoras trans Erika Hilton (PSOL), em São Paulo, Duda Salabert (PDT), em Belo Horizonte, e Linda Brasil (PSOL), em Aracaju.

No dia 17 de maio, Dia Internacional de Combate a LGBTfobia, a Escola do Legislativo realizou palestra com o tema de Enfrentamento à Homofobia, no qual foram apresentados os males do tratamento desumanizado que é destinado às LGBTQIA+ e como o preconceito e a intolerância transformam-se num mal para toda a sociedade. Diante desse cenário, o Brasil se comprometeu em tratados internacionais e com a legislação interna a combater a LGBTfobia, embora as políticas para essa parcela da população ainda sejam pouco efetivas.

Diante disso, a entidade Aliança Nacional LGBTI+ entrou com uma Ação Civil Pública pedindo a responsabilização pelas falas do ministro, que estimulam a segregação e a violência.

A Câmara Municipal de Santos precisa dar uma demonstração de cidadania e respeito revogando o título de Cidadão Santista concedido a este sujeito. Homofóbicos não merecem nenhum título ou honraria. O movimento LGBTQIA+ de nossa Cidade e seus mais diversos coletivos querem saber quais vereadores e vereadoras apoiarão esta demanda.



A luta pelo Serviço Público

ANA CLARA

INICIATIVAS POR UMA SANTOS DA MAIORIA



Em 2021, as servidoras e servidores de Santos sofreram um dos mais duras golpes contra seus direitos e contra o serviço público. Nós estivemos presentes nos mais diversos atos realizados em defesa dos serviços públicos e dos direitos das servidoras e servidores da nossa cidade.

O desmonte da previdência foi aprovado pela Câmara de Santos, endossando integralmente o projeto apresentado pelo prefeito. Apenas 5 de 21 parlamentares votaram contra o desmonte, que aumentou a idade mínima e o tempo de trabalho da categoria para 40 anos para se aposentar; cortou pela metade a pensão de dependentes, criou regras mais restritivas e com novo cálculo para aposentadorias especiais, estabele-

ceu que qualquer pessoa que receba acima de um salário mínimo de benefício sofrerá desconto de 14%, incluindo aposentadorias e pensões, e diminuiu o valor geral dos benefícios, entre outras maldades inspiradas nas reformas de Bolsonaro e Dória.

Em defesa dos trabalhadores e da população usuária dos serviços, travamos um embate contra a base do governo na Câmara, que usou todas as formas de intimidação para calar a categoria em luta e a oposição. Além da falta de diálogo, houve ataques machistas e tentativas de silenciamento, perseguição e ameaças aos servidores presentes nos dias de votação.

O projeto foi enviado à Câmara a

toque de caixa, sem nenhum diálogo com as trabalhadoras e trabalhadores ou com os sindicatos. Na tentativa de estabelecer um modelo mais transparente, propusemos que o projeto fosse retirado da pauta de urgência e debatido com toda a sociedade. Mas o prefeito se recusou a retirar o projeto e a receber a categoria.

Realizamos uma audiência pública para tratar do tema, mas o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores, filho do líder do governo na Câmara, insistiu nas justificativas esfarrapadas para a reforma e não ouviu os trabalhadores, frontalmente contrários ao projeto. Nenhuma reivindicação ou alteração foi efetuada no texto após a audiência destinada a escutar a população,

mostrando que o governo de Santos não respeita a soberania das decisões populares nem a democracia.

Apresentei várias emendas a fim de minimizar os impactos da reforma e todas foram rejeitadas sem serem sequer analisadas. Mesmo emendas que apenas visavam garantir direitos humanos básicos foram desconsideradas.

Votei contra esse projeto e contra todos que retiram direitos das servidoras e servidores públicos. Continuo na luta contra os ataques a essa categoria e reitero o que disse no último dia de votação desse desmonte, que **A LATA DO LIXO DA HISTÓRIA É O LUGAR DAQUELES QUE TRAEM O POVO.**

Por uma Santos solidária, popular e feminista!



MARÇO Feminista



@VTRIBA

Transfeminismo, Feminismo Clássico, LGBTQIA+ etc.

Com a participação de diversos militantes, a cada encontro pudemos ampliar o debate para entendermos que o feminismo vai muito além da igualdade entre homens e mulheres, e sim é um movimento para acabar com o sexismo, com a exploração sexista e com a opressão. Opressão essa que é sistêmica e institucionalizada.

O feminismo para ser aceito pela mídia e pelas instituições foi esvaziado, tiraram a política do debate e foi reduzido a um pensamento anti-homem. Para que a gente consiga de fato construir um pensamento e uma prática feministas é importante termos o feminismo como uma visão de mundo que propõe mudanças revolucionárias, que visa ações teóricas e práticas para destruir os sistemas de dominação.

Portanto essa transformação social tem que envolver todas e todos os atores sociais. Acolher as demandas tanto daquelas que estão às margens quanto no centro.

Então isso nos pede olhar para a demanda das mulheres pobres e trabalhadores, pois essa é a nossa maioria. E como nos bem lembra Audre Lorde: *Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.*

É preciso se munir de conhecimentos para fomentar discussões, políticas e embates reais sobre temas que estão no cotidiano de uma sociedade estruturalmente machista e patriarcal.

Com isto, nosso março foi de luta e muita formação! Proporcionamos 4 encontros com as temáticas feministas e ao longo do curso foram abordados temas voltados a teoria e prática sobre Feminismo Negro,



Comissão Especial de Vereadores

Sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

Criamos uma Comissão Especial para elaborar políticas públicas mais efetivas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. O tema já foi objeto de diversas matérias jornalísticas denunciando as redes de exploração sexual que atuam na Cidade, mas as medidas preventivas e repressivas ainda são insuficientes para evitar que esses crimes ocorram.

Requisitamos a realização de um estudo socioterritorial nos locais onde

há indícios de que essas redes de aliciamento estão atuando, análise dos registros escolares e na rede de saúde, para que as denúncias sejam devidamente investigadas e a cadeia de violência seja interrompida antes que existam novas vítimas.

Seguiremos na luta para que nossas crianças estejam seguras e a informação, a preparação de profissionais e o aprimoramento dos equipamentos de proteção funcionem como deveriam.

Disputar o clima, superar o sistema

E se um dia acordássemos e percebêssemos que estamos em uma nova era. Que os pressupostos que tínhamos na era anterior não mais serviriam para o momento atual? E como seria, então, exercer a atividade política nessa nova idade do mundo, onde cada dia tudo pode estar em jogo?

O primeiro mandato do PSOL de Santos foi assumido com a ciência de que tal dia chegou: o Holoceno já ficou para trás. Essa sim a “Belle Époque” dos seres humanos e não humanos, onde as mais belas formas de vida floresceram, a agricultura nos deu as coisas mais deliciosas de forma duradoura e frequente, e onde nos desenvolvemos como nunca.

Talvez por entender esse problema “macro”, no “micro” desta nossa bela e açoitada Baixada Santista, não tenhamos nos impressionado quando nos deparamos com ataques absurdos contra nossos direitos socioambientais. Pelo contrário, os combatemos ardentemente: as Transposições do Rio Itatinga e Itapanhaú, o explosivo Navio-bomba, a Cava Subaquática que bota em

risco a vida marinha e as comunidades que vivem da pesca, e o projeto de Incineração de lixo, são apenas alguns exemplos da reação dos ricos - dobrando sua aposta - em meio a essa nova e crucial era a qual nos referimos.

Nós não apenas exercemos a política justa em meio a isso que chamamos de Antropoceno, - ou Capitaloceno para aqueles que sabem enxergar o atual sistema como o culpado pela crise da vida. Fizemos também a luta heróica nas ruas, com um mandato que soube disputar o clima para que a vida prevaleça nessa batalha.

Para novos tempos é preciso novas práticas! Seguiremos organizando e fortalecendo ciclistas, movimentos, a economia solidária e políticas públicas para cidades mais agroecológicas e limpas. A mensagem para você que nos apoia é, portanto, clara: não deixe para amanhã a disputa do clima que você pode fazer hoje. Contra a cidade capitalista - da destruição - a qual querem nos submeter, organize-se com o mandato que quer uma Santos Ecosocialista - como parte da solução.





ANA CLARA

Audiências Públicas

Participação e fomento de ideias com a voz do povo

A audiência pública é um mecanismo importante da democracia, constituindo-se em oportunidade para que o povo se manifeste sobre o tema determinado, em momento e local apropriados ao tratamento do tema, expandindo o leque de possibilidades de intervenção popular nas decisões sobre a coisa pública.

Com o intuito de sempre aproximar a população dos debates e fazer com que a voz do povo seja ouvida, a vereadora Débora Camilo realizou no seu primeiro ano de mandato quatro importantes audiências públicas:

PLANO DE CONTINGÊNCIA DE INVERNO: o conjunto de intervenções trazidas durante a audiência demonstrou a necessidade urgente de um plano de contingência de inverno permanente na cidade, que amplie e aprimore a rede já existente, a fim de evitar que qualquer pessoa morra de frio por falta de política pública. O Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua, junto com um grupo de trabalho voltado para a garantia de direitos, elaborou um documento para subsidiar a Prefeitura na construção do Plano, o qual Débora, presidente da Comissão de Direitos Humanos, apresentou ao Prefeito.

DIGNIDADE MENSTRUAL: A vitória conquistada na aprovação do PL 53/2021, na Câmara Municipal de Santos, foi só a primeira no combate às desigualdades na Baixada

Santista, e faz justiça à saúde das pessoas que menstruam. Nesta audiência, pautamos que a administração pública tem que ter a sensibilidade de entender que sem garantir o mínimo existencial, sem reconhecer as necessidades básicas de todas as pessoas, não é possível fazer política pública.

DESMONTE DO IPREV: por uma aposentadoria digna chamamos todos os servidores municipais para que pudessem ser ouvidos pelo Executivo. Foi um completo insulto este projeto tramitar com urgência na Câmara Municipal da cidade. Durante a audiência os sindicatos dos servidores – Sindserv e Sindest - trouxeram inúmeras contribuições importantes que escancaram as mazelas do projeto e quanto o prefeito Rogério Santos rifou o funcionalismo público.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A violência obstétrica é uma realidade vivenciada todos os dias, potencializada pelo racismo e classismo e, por consequência, ainda mais evidenciada no sistema público de saúde. A única forma de garantir atendimento de qualidade é com informação e políticas públicas que regulamentem serviços para assegurar o respeito a todas as pessoas. A cidade não pode se omitir mediante a saúde de mulheres e parturientes. A audiência não esgotou nosso anseio por políticas públicas efetivas para parturientes. Continuaremos dialogando e cobrando iniciativas do Executivo.

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA



EVERTON VIEIRA

Para que o mês da Consciência Negra esteja no calendário oficial da Cidade, protocolamos o Projeto de Lei 2040/2021. A proposta reforça nosso compromisso que o combate ao racismo e à desigualdade social precisam ser as primeiras tarefas para a conquista de uma sociedade justa. O Brasil é profundamente marcado pelos 388 anos de escravização do povo negro. Após apenas 133 anos do fim da escravização formal, que não incluiu direitos humanos básicos, o racismo e o genocídio de negras se negros ainda é um entrave ao desenvolvimento do povo brasileiro como nação.

O racismo e a exploração sempre caminharam de mãos dadas no Brasil e é por isso que, enquanto durarem as opressões de raça e classe, as palavras de líderes como Steve Biko devem ser repetidas. Ele opôs à opressão branca a formação de uma Consciência Negra.

Steve Biko, que dedicou a sua vida e morreu lutando pela libertação do povo negro em seu país, elaborou um conceito sobre o que é a Consciência Negra: “é, em essência, a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua

pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”, que é ser branco. É a manifestação de uma nova percepção de que, ao procurar fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. (...) Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, religião e maneira de ver a vida.” (A definição da Consciência Negra, 1971).

UM COMPROMISSO DE VIDA!

Débora Camilo sempre teve forte atuação no movimento negro em toda a região. Nosso mandato é atravessado pelas lutas do movimento negro, com um dos pilares programáticos fundamentais para a nossa atuação. Diante disso, o novembro negro é um período de reafirmamos nosso orgulho, de pautar de forma sistemática a luta contra o racismo e exaltar nossas lideranças e referências negras.

VOZES NEGRAS!

No mês de novembro de 2021, nossas redes sociais homenagearam em cada dia do mês uma liderança negra. Foram escritoras, militantes, músicos, intelectuais, lideranças do movimento popular e muitas figuras históricas

exaltadas para compartilhar e popularizar nossas vozes e ideias.

SOLENIIDADE NEGRA!

Com o plenário ocupado por negras e negros em Solenidade em homenagem ao Movimento Negro Unificado – MNU e ao Núcleo Educafro Valongo, transformamos aquela noite em um momento histórico para nós que nunca tínhamos visto o Plenário da Câmara Municipal de Santos tão negro, tão cheio de esperança na luta de combate ao racismo.

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho do mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no País.

A Educafro é uma referência de cursinho popular impulsionado pelo movimento negro brasileiro. Em Santos, o Núcleo Educafro Valongo deu uma grande contribuição na vida do povo periférico, conscientizando sobre o combate ao racismo sendo uma importante porta de entrada para os mais pobres nas universidades. Débora Camilo foi aluna e professora coordenadora do Educafro Valongo.



Nossa atuação em números!

Com o gráfico a seguir conseguimos fazer um apanhado geral de ações realizadas pelo mandato. Dentre essas ações estão: projetos de Lei, requerimentos, indicações, moções, ofícios e audiências públicas.

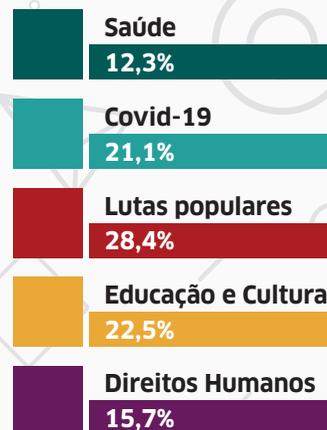
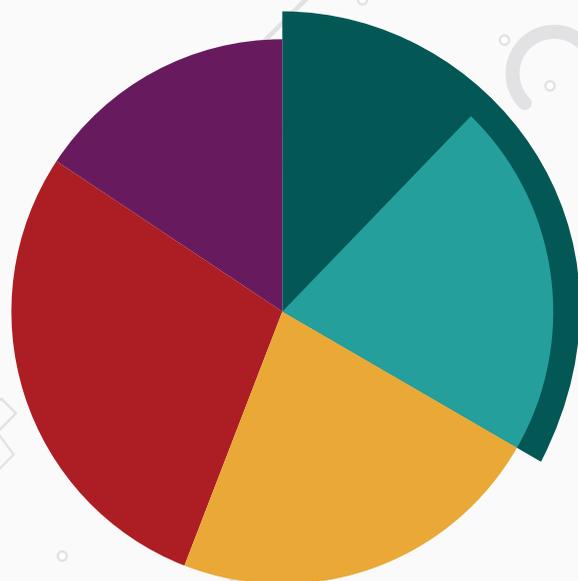
Em um ano tomado por incertezas mediante a Pandemia da Covid-19 e a precariedade já existente nos equipamentos públicos da Cidade, a Saúde foi uma prioridade! Foram cerca de 33,2% dos nossos trabalhos voltados para fiscalização e propostas nessa área.

Nunca abriremos mão de uma educação de qualidade! Foram 22,5% dos nossos trabalhos voltados à luta estudantil, das trabalhadoras da educação e cultura e por condições

estruturais – até as mais básicas – que a prefeitura não proporciona às escolas.

Outro destaque é a categoria de Lutas Populares com 28,8%. Aqui, foram propostas ações voltadas às áreas periféricas da cidade, à luta das trabalhadoras e trabalhadores por mais direitos, mobilidade urbana e qualidade de vida.

Por fim, 15,7% dos nossos trabalhos apresentados abarcam os Direitos Humanos. Pautas como feminismo, negritude, população LGBTQIA+ e assistência social, ganharam centralidade em uma Câmara dominada pelo tucanato! Além dessas categorias, protocolamos cerca de 70 trabalhos voltados à zeladoria do Município.



É tempo de
coragem!



 deborapsol.com.br

   [deborapsol](#)

FORA BOLSONARO